

Editorial Convidado

Preenchendo lacunas críticas em justiça ocupacional e justiça social nas práticas em terapia ocupacional

Bridging critical gaps in occupational justice and social justice in occupational therapy practices

Elizabeth Townsend^a 

^aDalhousie University, Nova Scotia, Canada.

Como citar: Townsend, E. (2022). Preenchendo lacunas críticas em justiça ocupacional e justiça social nas práticas em terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30(spe), e30202201. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoED302022011>

Parabéns pela grande conquista! *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* está promovendo diálogos internacionais sobre as lacunas acerca dos argumentos críticos sobre justiça ocupacional e justiça social nas práticas em terapia ocupacional. Esta é uma oportunidade ímpar para celebrar as(o) cinco Editoras(r) Convidadas(o), os/as 50 Autores e a Editora principal desta *Edição Especial*. Vejo a grande conquista para esta revista e todos os envolvidos por meio da publicação de 15 artigos diversos que nos transportam para além dos primeiros escritos e pesquisas ocidentais sobre justiça ocupacional (Davis & Malfitano, 2017). Considerando a abrangência geográfica de nove países, 50 autores expressaram ideias sobre justiça ocupacional e justiça social dos hemisférios Sul e Norte, Ocidente e Oriente (listados em ordem alfabética): Austrália (2 autores, 1 artigo), Brasil (10 autores, 5 artigos), Canadá (14 autores, 1 artigo), Chile (10 autores, 3 artigos), França (2 autores, 1 artigo), Irlanda (2 autores, 1 artigo), Filipinas (2 autores, 1 artigo), África do Sul (5 autores, 1 artigo) e Espanha (3 autores, 1 artigo). A *Edição Especial* apresenta uma ampla gama de proposições teórico-metodológicas em nove artigos de pesquisa, uma revisão de literatura, um relato de experiência e quatro artigos de reflexão.

Enquanto pensava em escrever este Editorial, refletia sobre a transformação em curso na terapia ocupacional. Comecei a trabalhar como terapeuta ocupacional em 1968, em um centro de reabilitação infantil, que atendia as costas rochosas e as cidades de pescadores no Oceano Atlântico e em torno de St. John's, Newfoundland, no Canadá. Eu não sabia explicar porque éramos chamados de *terapeutas ocupacionais*; eu e meus contemporâneos não tínhamos a linguagem e as ideias que estão surgindo hoje para explicar as práticas focadas na ocupação. As ideias de justiça e direitos humanos sempre foram muito importantes para mim, mas eu não tinha esta linguagem para expressar ou entender, e, realmente, usar essas ideias em minhas práticas institucionais e comunitárias. Sem uma estrutura teórica de justiça e direitos humanos, eu era como outros terapeutas ocupacionais – buscando a resolução de problemas para minimizar as dificuldades enfrentadas cotidianamente, que poderiam ser ambientais (por exemplo,



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

escolas inacessíveis), mentais (por exemplo, distúrbios emocionais) e/ou físicas (por exemplo, limitações de movimento por paralisia cerebral). Desde então, tenho sido privilegiada como educadora, pesquisadora e praticante nesta profissão, sendo branca e inglesa/escocesa. Um dos meus grandes privilégios foi nomear e explorar o conceito de justiça ocupacional, do meu ponto de vista canadense, com Ann Wilcock, na Austrália. Compartilhamos nossa necessidade mútua de nomear uma perspectiva ocupacional de injustiça e justiça (Wilcock & Townsend, 2000). Foi emocionante descobrir através de nossos *workshops* e artigos que o conceito de justiça ocupacional atraiu interesse em todo o mundo.

No entanto, muitas questões permanecem para nossa profissão preencher lacunas críticas no uso da justiça ocupacional e da justiça social na prática. Ainda me pergunto, assim como muitas outras pessoas: *os profissionais podem realmente viabilizar a justiça ocupacional?* (Townsend & Marval, 2013). Neste sentido, estou entusiasmada com o trabalho do Brasil em terapia ocupacional social, referindo-se à terapia ocupacional sem financiamento médico, para lidar com a injustiça ocupacional. Lacunas críticas para entender e utilizar o conceito de justiça ocupacional e social na terapia ocupacional social são levantadas no livro (originalmente em português) e agora em inglês: *Social Occupational Therapy: Theoretical and Practical Designs* (Lopes & Malfitano, 2021). Além do livro, é importante destacar o artigo de Malfitano et al. (2019), com base em uma vasta revisão de literatura que abordou duas questões: “os conceitos de justiça ocupacional informam as ações profissionais dos terapeutas ocupacionais?” e “como os conceitos de justiça ocupacional estão ligados às ideias brasileiras sobre terapia ocupacional social?”. A conclusão é que temos algumas abordagens que podem conectar justiça ocupacional e terapia ocupacional social (Malfitano et al., 2019).

Nesta edição especial, acredito que os 15 artigos farão o que Gerlach (2015) descreveu como “[...] afiar nossa abordagem crítica no contexto das populações marginalizadas”. Podemos pensar nestas lacunas com a reflexão sobre a estrutura da terapia ocupacional, de Walley-Hammell (2021, p. 369), quando escreveu: “[...] é essencial para estudantes e profissionais de terapia ocupacional entender como estruturas sociais desiguais determinam a gama de ocupações que estão realmente disponíveis para indivíduos e comunidades”. Existem muitas lacunas para entender completamente como a justiça ocupacional difere e se sobrepõe à justiça social. Precisamos saber como as práticas são estruturadas e como esses conceitos podem ser expressos em várias linguagens. Com essas reflexões, consideremos que os artigos desta Edição Especial podem informar sobre teorias e práticas alinhadas à justiça ocupacional e à justiça social.

Os seis artigos da Irlanda, Espanha, França, África do Sul, Canadá e Filipinas mostram preocupações da terapia ocupacional para/e com muitas populações. Os autores da Irlanda apresentam pesquisas sobre jovens/adolescentes socialmente desfavorecidos. Eles usaram medidas padronizadas como base, incluindo uma medida dos pontos fortes e das dificuldades dos adolescentes, para testar uma intervenção focada na ocupação com jovens socialmente desfavorecidos. Já os autores da Espanha, perguntando “Quem está seguro no trabalho?”, problematizaram a volatilidade do emprego a partir das experiências dos trabalhadores durante a crise socioeconômica espanhola de 2008 a 2018. De forma análoga, o artigo da França explora a percepção das necessidades de implementação de serviços de promoção da saúde para terapeutas ocupacionais que trabalham em ambientes comunitários desfavorecidos. Ademais, a

alienação ocupacional e a saúde mental de estudantes universitários nas Filipinas são o tema de um ensaio reflexivo e crítico baseado nas perspectivas da sociologia e da ciência ocupacional. Outro artigo reflexivo trata da conceituação e operacionalização do termo resiliência na literatura da terapia ocupacional e da ciência ocupacional, a partir de uma perspectiva canadense. Ainda, o artigo da África do Sul, a partir de um estudo de caso, examina dois objetivos sobre a centralização de uma práxis decolonial em um currículo de formação profissional baseado no desenvolvimento comunitário, na Universidade da Cidade do Cabo.

Dois artigos oferecem uma perspectiva ocupacional sobre o fim da vida com doenças crônicas. Da Austrália, há *insights* sobre uma proposta de educação baseada em evidências para promover a justiça ocupacional com adultos em cuidados paliativos no fim da vida. Do Chile, obtemos informações sobre adultos com doença renal crônica terminal que estão em hemodiálise hospitalar, examinando as repercussões ocupacionais causadas pelo tratamento de hemodiálise e como as políticas públicas, especificamente, de saúde, atendem (ou não) às necessidades daquela população.

Além disso, quatro perspectivas ocupacionais contemporâneas são oferecidas sobre imigração (Chile e Brasil), violência contra mulheres com deficiência (Chile) e COVID-19 (Brasil). Uma perspectiva do Chile usa uma estrutura moral e normativa para intervenção social com cidadãos migrantes, a partir das perspectivas críticas de justiça social de Fraser e Honneth - este artigo apresenta a migração como um fenômeno social atual e como base para o desenvolvimento de uma intervenção de justiça ocupacional. Outra perspectiva sobre a imigração advém do artigo brasileiro sobre estudantes universitários imigrantes africanos. Para ilustrar a força deste artigo, aqui estão dois dos temas extraídos de seus dados qualitativos: “Cultura, identidade e cotidiano: atravessando o Atlântico Negro” e “A casa é do outro: apoio institucional/desamparo e estratégias de enfrentamento”. Já o artigo do Chile apresenta dados qualitativos coletados entre 2015 e 2020, que contam histórias de violência vivida em contextos de saúde por mulheres com deficiência. A pesquisa destaca as “[...] várias formas de violência: física, psicológica, sexual, obstétrica e simbólica-institucional”. Também assinala as experiências daquela população para “[...] reivindicar seus direitos humanos por meio de processos de emancipação, resistência e construção de práticas que transformem sua violação”. O artigo sobre COVID-19 trata das expressões de gênero na prevenção e no cuidado por terapeutas ocupacionais. A pesquisa de métodos mistos inclui relatórios, diários de campo, participação em todas as fases de campo da pesquisa, questionários, entrevistas e rodas de conversa. A análise aponta para o “[...] lugar desigual ocupado por homens e mulheres nas relações domésticas/familiares e as diferentes manifestações do machismo em questões relacionadas às mudanças no cotidiano causadas pelo distanciamento físico e isolamento em casa”.

Destaca-se, ainda, que três artigos registram pesquisas em andamento sobre as contribuições marcantes do Brasil para o mundo da terapia ocupacional: terapia ocupacional social e participação social. Um artigo reflexivo examina a participação social como um caminho possível para abordar a justiça ocupacional e social por estudantes de terapia ocupacional no Brasil. Os autores discutem como 65 colaboradores, que atuam no ensino, pesquisa e assistência, realizam a participação social tanto em seus trabalhos teóricos quanto práticos. Outro artigo reflexivo do Brasil é sobre terapia ocupacional social, justiça social, participação social e população brasileira

LGBTQIA+. O autor utilizar a produção conceitual de justiça social desenvolvida por Nancy Fraser para reconhecer que essa população não deseja ser considerada “vulnerável”. Pelo contrário, suas “[...] experiências vão além das normas de gênero e sexualidade e incluem situações de violência e opressão, diferentes formas de injustiça social e negligência dos direitos sociais”. Também sobre terapia ocupacional social há um ensaio que contribui para o debate sobre “antiopressão e liberdade na revolução do/no cotidiano”. Os autores problematizam o papel do terapeuta ocupacional, questionando se pode ou não ser um “mediador/articulador” ao invés de um opressor com indivíduos que buscam revolucionar o cotidiano (humanizar, buscar a liberdade).

Que possamos valorizar esta inovadora e oportuna Edição Especial. Temos uma coleção de artigos excelentes para promover o pensamento global sobre lacunas críticas na justiça ocupacional e justiça social nas teorias e práticas da terapia ocupacional.

Referências

- Davis, J. A., & Malfitano, A. P. S. (2017). Supporting research dissemination across languages and cultures. *Canadian Journal of Occupational Therapy, 84*, 204-205. <http://dx.doi.org/10.1177/0008417417745843>.
- Gerlach, A. J. (2015). Sharpening our critical edge: occupational therapy in the context of marginalized populations. *Canadian Journal of Occupational Therapy, 82*(4), 245-253. <http://dx.doi.org/10.1177/0008417415571730>.
- Lopes, R. E., & Malfitano, A. P. S. (2021). *Social occupational therapy: Theoretical and practical designs*. Philadelphia: Elsevier.
- Malfitano, A. P. S., de Souza, R. G. M., Townsend, E. A., & Lopes, R. E. (2019). Do occupational justice concepts inform occupational therapists' practice? A scoping review. *Canadian Journal of Occupational Therapy, 86*(4), 299-312. <http://dx.doi.org/10.1177/0008417419833409>.
- Townsend, E., & Marval, R. (2013). Can professionals actually enable occupational justice? *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, 21*(2), 229-242.
- Walley-Hammell, K. (2021). Social and structural determinants of health: exploring Occupational Therapy's structural (In)competence. *Canadian Journal of Occupational Therapy, 88*(4), 365-374. <http://dx.doi.org/10.1177/00084174211046797>.
- Wilcock, A. A., & Townsend, E. A. (2000). Occupational terminology interactive dialogue: occupational justice. *Journal of Occupational Science, 7*(2), 84-86. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2000.968647>.

Autora para correspondência

Elizabeth Townsend
e-mail: Liz.Townsend@dal.ca